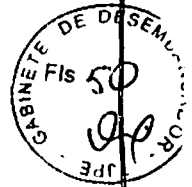




PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



236

**Habeas Corpus nº:** 203186-1  
**Comarca Origem:** Camaragibe – 1ª Vara Criminal  
**Impetrante:** Maria José do Amaral  
**Paciente:** Jeferson Marques da Silva  
**Relator:** Des. Mauro Alencar de Barros  
**Proc. de Justiça:** Dr. Renato da Silva Filho  
**Órgão Julgador:** Segunda Câmara Criminal.

**PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. LIBERDADE PROVISÓRIA. REQUISITOS PARA PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. ORDEM DENEGADA.**

- 5258
1. A ocorrência de constrangimento ilegal por excesso de prazo vem sendo mitigada pelos Tribunais pátrios, quando justificável a razão para a demora no julgamento do réu. Precedentes do STJ.
  2. Demonstrada a complexidade do processo e devidamente justificadas as razões do atraso no julgamento do paciente, infere-se que o feito tramita normalmente, não se vislumbrando, até o presente momento, a ocorrência do apontado constrangimento ilegal.
  3. Atendidos os requisitos da preventiva, tal como a garantia da ordem pública, não há que se falar em liberdade provisória, ainda que com fiança, nos termos do art. 324, IV do CPP.
  4. Ordem denegada. Decisão Unânime.

**ACÓRDÃO**

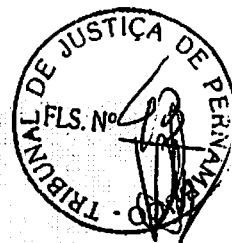
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *habeas corpus* nº 203186-1, da Comarca do Recife, em que figura, como impetrante, a advogada Maria José do Amaral e, como paciente, **Jeferson Marques da Silva**, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **por unanimidade** de votos, em denegar a ordem do presente *habeas corpus*, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 22 de dezembro de 2009.

**Des. Mauro Alencar de Barros**  
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



237

**Habeas Corpus nº:** 203186-1  
**Comarca Origem:** Camaragibe – 1º Vara Criminal  
**Impetrante:** Maria José do Amaral  
**Paciente:** Jeferson Marques da Silva  
**Relator:** Des. Mauro Alencar de Barros  
**Proc. de Justiça:** Renato da Silva Filho  
**Órgão Julgador:** Segunda Câmara Criminal

### RELATÓRIO

Trata-se de pedido de ordem de *habeas corpus* liberatório subscrito pela advogada Maria José do Amaral, em favor do paciente **Jeferson Marques da Silva**, no qual é apontado como autoridade coatora o Exmo. Juiz de Direito da 1º Vara Criminal da Comarca de Camaragibe, objetivando a concessão de liberdade provisória, sob alegação de estar sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo, bem como de não haver motivos que justifiquem a segregação cautelar do paciente, sobretudo porque cabível a fiança.

Aduz, ainda, a ilegalidade da prisão cautelar porque decretada pelo juízo da vara de Camaragibe que, segundo entende, não teria competência para tanto.

Não houve pedido de liminar.

Informações da autoridade dita coatora acostadas às fls. 32/33.

MF



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros*



238

A Procuradoria de Justiça, através de Parecer, opinou pela denegação da ordem.

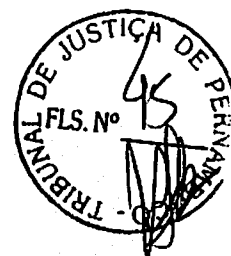
É o relatório.

Recife, <sup>de</sup> de dezembro de 2009.

**Des. Mauro Alencar de Barros**  
**Relator**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



239

**Habeas Corpus nº:** 203186-1  
**Comarca Origem:** Camaragibe – 1º Vara Criminal  
**Impetrante:** Maria José do Amaral  
**Paciente:** Jeferson Marques da Silva  
**Relator:** Des. Mauro Alencar de Barros  
**Proc. de Justiça:** Renato da Silva Filho  
**Órgão Julgador:** Segunda Câmara Criminal

**VOTO DO RELATOR**

Da análise dos autos infere-se que o paciente está respondendo à acusação da prática do crime de formação de quadrilha, pois preso preventivamente em razão de escutas telefônicas terem revelado que o acusado fazia parte de um bando que pretendia realizar assalto de grandes proporções na Prefeitura municipal de Camaragibe.

Inicialmente, quanto à alegação de incompetência da autoridade que decretou a prisão preventiva, verifico que não assiste razão ao impetrante. É que, como bem assentou a douta procuradoria de justiça, foi a referida autoridade coatora a primeira a tomar conhecimento dos fatos, a atrair a competência para a decretação da prisão e da ação penal.

No que se refere à alegação de excesso de prazo, é de se assentar que a ocorrência de constrangimento ilegal por excesso de prazo vem sendo



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



240

mitigada pelos Tribunais pátrios, quando justificáveis as razões para a demora no julgamento do réu. A respeito, transcrevo o seguinte julgado, *verbis*:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. ESTELIONATO, DISPOSIÇÃO DE COISA ALHEIA COMO PRÓPRIA, FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO, FALSIDADE IDEOLÓGICA, EM CONCURSO DE PESSOAS E MATERIAL. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. DECRETO CONSTITUTIVO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. TENTATIVA DE EVASÃO DO DISTRITO DA CULPA. EXCESSO DE PRAZO. PACIENTE PRESA DESDE 14.11.07. INEXISTÊNCIA. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. TRÂMITE REGULAR. FEITO COMPLEXO, COM PLURALIDADE DE RÉUS, DOIS DELES FORAGIDOS. EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. EXCESSO NA DENÚNCIA. QUESTÃO QUE DEMANDA INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DA CAUSA. IMPROPRIEDADE DO MANDAMUS. INCOMPETÊNCIA TERRITORIAL NÃO CARACTERIZADA. ORDEM DENEGADA.  
(...)

3. A concessão de Habeas Corpus em razão da configuração de excesso de prazo é medida de todo excepcional, somente admitida nos casos em que a dilação (A) seja decorrência exclusiva de diligências suscitadas pela acusação; (B) resulte da inércia do próprio aparato judicial, em obediência ao princípio da razoável duração do processo, previsto no art. 50., LXXVIII da Constituição Federal; ou (C) implique em ofensa ao princípio da razoabilidade.

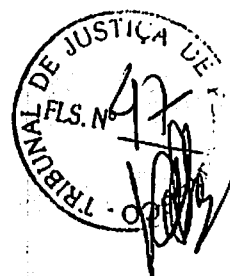
4. O período de 81 dias, fruto de construção doutrinária e jurisprudencial, não deve ser entendido como prazo peremptório, eis que subsiste apenas como referencial para verificação do excesso, de sorte que sua superação não implica necessariamente em constrangimento ilegal, podendo ser excedido com base em um juízo de razoabilidade.

5. Neste caso, a demora no término da instrução probatória pode ser atribuída, entre outras causas, à complexidade da causa, que envolve 3 acusados e demanda a análise de diversos documentos, muitos deles falsificados, bem como à necessidade de expedição de cartas precatórias.(...) ( HC 101077, rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJ 04.08.08)

No caso dos autos, infere-se que da consulta judwin que no feito há pluralidade de réus, com defensores diversos, o que justifica o atraso na instrução, em face da complexidade do feito.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



241

Devidamente justificadas as razões do atraso no julgamento do paciente, infere-se que o feito tramita normalmente, não se vislumbrando, até o presente momento, a ocorrência do apontado constrangimento ilegal.

Quanto ao pedido de liberdade provisória, melhor sorte não assiste ao impetrante.

Isto porque conforme se infere dos autos o acusado fazia parte de bando que iria praticar crime de grandes proporções. Ademais, o acusado teria participado de outro assalto na Caixa Econômica de Jaboatão dos Guararapes. Está, assim, revelada sua periculosidade e potencialidade delitiva, sendo de ser mantida a denegação de liberdade provisória, a fim de assegurar a garantia da ordem pública.

Atendidos os requisitos da preventiva, não há que se falar em concessão de liberdade provisória, seja com ou sem fiança.

Assim sendo, **voto pela denegação da ordem.**

Recife, 22 de dezembro de 2009.

**Des. Mauro Alencar de Barros**  
**Relator**